

**SL-51. O espaço da geografia, o espaço da arquitetura: distinções epistemológicas.****Coordenadora:** Lúcia Leitão (UFPE)**Resumo:**

Esta proposta de Sessão Livre resulta da percepção de que há uma certa “confusão” teórica sobre o conceito de espaço, evidenciada em parte expressiva da produção acadêmica recente – notadamente em dissertações e teses desenvolvidas em programas de pós-graduação que têm como campo disciplinar a geografia e a arquitetura.

Trata-se, pois, de refletir sobre duas áreas do conhecimento cujos respectivos corpora disciplinares se debruçam aparentemente sobre um mesmo e único objeto – o espaço. No entanto, sendo disciplinas autônomas, cada uma delas detém domínio próprio sobre conceitos, categorias e métodos de abordagem que lhes permitem apreender o seu objeto. Afinal, como bem anota SANTANA (2008, p.1), “mesmo que várias ciências tenham o mesmo objeto material, cada uma delas tem seu exclusivo objeto formal e, portanto, a sua marca individualizadora”, isto é, sua própria episteme.

A tarefa de apontar as distinções epistemológicas da geografia e da arquitetura no que diz respeito ao conceito de espaço é seguramente desafiante. Milton SANTOS, um dos maiores expoentes da geografia brasileira, como se sabe, registra que a geografia se recente de uma epistemologia claramente expressa e, à conta disso, “a própria geografia tem dificuldade para participar em um debate filosófico e interdisciplinar” (2006, p. 28,). Do ponto de vista da arquitetura, em que pese a notória contribuição dos seus célebres tratadistas, cujos primeiros textos remontam a mais de 2000 anos, é ainda recente a percepção de que o espaço é o protagonista da arquitetura (ZEVI, [1956], 1977).

À guisa de exemplo das dificuldades conceituais que podem surgir no que diz respeito ao modo como a geografia e a arquitetura abordam teoricamente uma mesma categoria, chama-se a atenção aqui para a questão da forma —analítica, na geografia, essencialmente projetual na arquitetura—, um bom exemplo da maneira como cada um desses campos disciplinares concebe e define distintamente uma determinada categoria teórica.

Segundo Santos, a forma, corresponde ao aspecto visível, exterior de um objeto, uma questão menor para a geografia, como se se lê no texto a seguir, no qual CORRÊA (p. 28), citando Santos, e comentando a respeito dessa categoria específica, anota assim:

“[a forma] não deve ser considerada em si mesma, sob o risco de atribuir a ela uma autonomia de que não é possuidora. Se assim fizermos estaremos deslocando para a esfera da geometria, a linguagem da forma, caindo em um especialismo estéril. Por outro lado, ao considerarmos isoladamente a forma espacial, apreenderíamos apenas a aparência, abandonando a essência e as relações entre esta e a aparência.”

Nesse texto, Santos parece confundir a produção social do espaço, geograficamente localizada, e as relações —sociais— que ele explicita, com a forma do objeto/espaço arquitetônico que origina o ambiente construído. Como consequência desse aparente equívoco, o autor citado reduz a um especialismo (sic) estéril a linguagem da forma [arquitetônica]. Tem-se ainda, no texto citado, a negação da autonomia da forma, assim como reduzidos a um especialismo estéril a linguagem da forma (arquitetônica), necessariamente geométrica e indispensável à produção (arquitetônica e não social) do espaço humano edificado.

Ocorre que, se para a definição, ou a análise do espaço geográfico, a linguagem da forma, necessariamente geométrica no ambiente construído, repito, leva a um especialismo estéril, para a concepção do espaço arquitetônico trata-se de algo que está na sua própria essência. Afinal, o espaço edificado, quer o edifício, quer a arquitetura da cidade, se define por linhas (retas e curvas), larguras, alturas e profundidades, inescapáveis à construção do ambiente construído, desde sempre.

Em outras palavras, se à luz da geografia, campo disciplinar de onde fala Santos, considerar a forma espacial isoladamente permite apenas apreender a aparência formal do elemento observado, abandonando a essência desse elemento, na arquitetura, a essência (o tipo, na teoria da arquitetura) do objeto arquitetônico se mostra exatamente na forma espacial que esse objeto manifesta.

Como se vê, não se trata de negar, ou de afirmar, considerando-se aqui o exemplo dado, a autonomia da forma espacial, tampouco considerar especialismo estéril a linguagem formal — como se fosse possível abrir mão das formas geométricas na produção do ambiente construído —, mas, sim, de precisar conceitos e categorias de que se valem esses dois campos disciplinares, ainda que sob enquadramento epistemológico distintos, conforme se quer discutir com a proposição desta Sessão Livre.

Uma precisão conceitual que se mostra ausente na “confusão” teórica mencionada inicialmente neste texto. Em muitos trabalhos acadêmicos o que se observa é a aplicação de conceitos-chave desses dois campos disciplinares como se fossem uma

só e a mesma coisa. É possível que uma leitura equivocada de Lefebvre, e posteriormente de Santos, tenha fomentado essa “confusão”.

Assim sendo, pretende-se, com a realização da Sessão Livre ora proposta, (i) chamar a atenção para a “confusão” teórica mencionada antes; (ii) refletir, ainda que sucintamente, sobre as especificidades teóricas do conceito de espaço, e, sobretudo, (iii) alargar o debate sobre o tema proposto, de modo a contribuir para diminuição de possíveis lacunas epistêmicas, conforme escreveu Santos referindo-se ao seu próprio campo disciplinar.

É nesse contexto que Leila Dias se propõe a apresentar alguns dos caminhos pelos quais a geografia tem realizado a discussão epistemológica nos últimos anos – epistemologia entendida como o domínio, por excelência, do estudo plural sobre as vias que levam ao conhecimento, enquanto Norma Lacerda, ainda refletindo sob a perspectiva da geografia, tem como objetivo principal em sua apresentação mostrar a construção histórica e epistemológica do conceito de espaço no âmbito da geografia. Para tanto, aborda a evolução das correntes do pensamento geográfico com a intenção de identificar como o termo espaço passou – apenas na década de 1970 – a constituir-se conceito-chave da geografia, a partir do pensamento de Henri Lefebvre.

Lúcia Leitão e Flaviana Lira, refletindo ambas sobre a essência da arquitetura à luz do repertório teórico desse campo disciplinar, assinalam o que é distintivo do espaço arquitetônico. Leitão, perseguindo o sentido etimológico do vocábulo *architektôn* –cuja negligência talvez explique parte da “confusão” teórica já mencionada–, propõe-se a distinguir, com o apoio da filosofia e da psicanálise, a natureza originária (*arkhê*) do espaço da arquitetura, assim como sua expressão compositiva (*tektôn*), quer do ponto de vista teórico, quer metodológico. Flaviana Lira encerra o debate proposto com a organização da Sessão Livre, associando teoria e prática projetual no fazer arquitetônico. Ao fazê-lo, assinala que a experiência espacial própria da arquitetura se dá num espaço necessariamente delimitado pela ação humana de arquitetar. Assim sendo, essa experiência manifesta-se não apenas no edifício, mas também nas ruas e praças, ou “onde quer que a obra do homem haja limitado 'vazios' (Zevi, 1977), isto é, tenha criado espaços.

Por fim, espera-se que a realização desta Sessão livre propicie a constituição de uma rede de pesquisadores que se dediquem a investigar e a alargar as referências teóricas desses campos disciplinares.

**Exposição:** O espaço da arquitetura: breves notas epistemológicas

**Expositora:** Lúcia Leitão (UFPE)

**Resumo:** Evaldo Coutinho, em texto clássico, apresenta a arquitetura como sendo a ação de compor o vazio. Diferentemente da concepção de espaço em outras disciplinas, o espaço arquitetônico se define por um vazio que o constitui como consequência de uma ação humana compositiva. Isto é, o espaço da arquitetura é necessariamente projetual. Não se confunde, portanto, com o espaço natural, o espaço “que se dá como espaço para o homem” (SALINGON, 1997, p. 92), preexistente a qualquer gesto originário humano. Refletindo sobre os fundamentos da arquitetura Salignon anota que “princípio em grego se diz arkhê, prefixo presente na palavra (arqui)tetura”. Arquitetar —ou originar— é, pois, uma ação humana criadora “que faz aparecer o que não existia em nenhuma parte” (Arendt, apud SALIGNON 2001, p. 83.). Uma ação que faz surgir, no contexto desta apresentação, o ambiente construído, inexistente até o momento em que se deu essa ação projetual originária. Esta apresentação pretende oferecer uma oportunidade de reflexão sobre essa questão eminentemente teórica. Para tanto, parte-se da etimologia do vocábulo arquitetura. Perseguindo-se o sentido etimológico do vocábulo architektôn, cuja negligência talvez explique parte da “confusão” perceptível no atual debate sobre a questão do espaço humano, espera-se distinguir tanto teórica, quanto metodologicamente, a natureza originária (arkhê), do espaço da arquitetura, assim como sua expressão compositiva (tektôn).

**Exposição:** O espaço da geografia: construção histórica e epistemológica

**Expositora:** Norma Lacerda (UFPE)

**Resumo:** O intuito da apresentação é mostrar a construção histórica e epistemológica do conceito de espaço no âmbito da geografia. Para tanto, evidencia-se a evolução das correntes do pensamento geográfico com a intenção de identificar como o termo espaço passou — apenas na década de 1970 — a constituir-se conceito-chave da geografia, a partir do pensamento de Henri Lefebvre. Para esse autor, o espaço é o lócus da reprodução das relações sociais e, portanto, da sociedade. É, portanto, um espaço socialmente definido, abstrato, ainda que se assente no território e se expresse na materialidade do ambiente construído, com desdobramentos metodológicos específicos. Para Milton Santos, cuja obra foi fortemente inspirada em Lefebvre, o

espaço é inteligível por meio da sociedade, não se tratando de realidades distintas. A sua análise exige lançar mão de quatro categorias – forma, função, estrutura e processo. A função diz respeito à atividade desempenhada pelo objeto, [arquiteticamente] criado para rezar, habitar, trabalhar... Está tradicionalmente associada à forma. Essas duas categorias – forma e função –, por sua vez, não podem ser dissociadas da estrutura social e econômica. Como essa estrutura encontra-se em constante mutação conforma-se enquanto processo. A forma, à luz de Santos, corresponde ao aspecto visível, exterior de um objeto – e, nesse ponto, estar-se diante de uma especificidade arquitetônica, desconsiderada pela geografia, qual seja, a concepção da forma desse objeto. Não sem razão, a geografia não detém categorias analíticas para estudar a forma. Resume-se a anunciá-la, sem revelar os elementos a partir dos quais deve-se analisá-la.

**Exposição:** Sobre a identidade da geografia e o problema da definição do objeto

**Expositora:** Leila Christina Dias (UFSC)

**Resumo:** No prefácio de ‘Elementos para uma história das ciências’, Michel Serres sugere que “nenhuma ciência permanece única, reconhecível e coerente, mesmo a médio prazo, ao longo de uma duração em que ela própria bifurca e flutua” (1995, p. 11). Cada campo disciplinar abarca projetos intelectuais contestados, antigos e de grande complexidade. Por isso, podemos justificar a interpretação de que não exista uma história única das ciências, mas diferentes versões do passado, muitas vezes concorrentes. O objetivo desta apresentação é debater alguns dos caminhos pelos quais a geografia tem realizado a discussão epistemológica nos últimos anos – epistemologia entendida como o domínio, por excelência, do estudo plural sobre as vias que levam ao conhecimento. No lugar de procurar uma linha contínua nas histórias recentes da Geografia, buscaremos identificar os lugares de convergência e de bifurcação, onde se situam os problemas e as insatisfações diante de um certo número de questões. Mas que questões? Escolhemos tratar algumas e não outras, e nossa escolha é geograficamente localizada e historicamente datada: interessam-nos os escritos de dois geógrafos brasileiros, publicados a partir dos anos 1990. Devemos pensar sobre o que é a geografia ou sobre o espaço geográfico? – questão largamente desenvolvida na obra ‘A natureza do espaço’, de Milton Santos. O terreno da ciência geográfica se definiria pela posse de um objeto, o espaço, ou pelo tipo de questão que

é dirigida a um fenômeno? – interrogação presente nos textos de cunho epistemológico publicados por Paulo César da Costa Gomes.

**Exposição:** O espaço na arquitetura e no urbanismo: apontamentos teóricos e procedimentais para a sua apreensão

**Expositor:** Flaviana Lira (UnB)

**Resumo:** A obra de arquitetura é resultante do fazer humano e agrega as instâncias estética e histórica (BRANDI, 2004). Todavia, distintamente da pintura ou da escultura, que igualmente agregam tais instâncias, a arquitetura age, referenciando-se em ZEVI (1996), a partir de vocabulário tridimensional que inclui o homem. A arquitetura se consubstancia por meio do espaço e sua condição inerente é a de “[...] fazer-se franqueável, convertendo, a quem o penetra, em participar da própria essência espacial” (COUTINHO, 1998). Em relação aos artefatos urbanos, como conjuntos e cidades, Zevi (1996) entende que a experiência espacial própria da arquitetura se prolonga nas ruas e praças, ou “onde quer que a obra do homem haja limitado 'vazios', isto é, tenha criado espaços fechados”. Assim, o espaço, seja arquitetônico, seja urbanístico, origina-se do ato de delimitar o vazio por meio de invólucro construído. Cada espaço tem configuração própria, definida pelas características das partes componentes de seu invólucro e pelo modo como essas se encontram articuladas ou relacionadas, materializando a unidade que reconduz ao projeto com base no qual a construção foi realizada (DOGLIONI, 1997). Entender essas relações é desafio que se coloca não só para a teoria e a história da arquitetura e do urbanismo, mas também para o projeto, especialmente no âmbito da conservação patrimonial. Este artigo se propõe a fazer incursão teórica acerca da noção de espaço na arquitetura e no urbanismo, bem como organizar procedimentos que permitam compreender o espaço de modo a orientar a ação projetual sobre edifícios e conjuntos urbanos.